



XIII

18, 19 e 20 de maio de 2010

MARCHA

A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

A AUTONOMIA MUNICIPAL E A FEDERAÇÃO BRASILEIRA



Coletiva de Imprensa

Esta Coletiva abordará os seguintes assuntos:

Apresentação da XIII Marcha em Defesa dos Municípios

Pauta de reivindicações prioritárias

**Índice de Responsabilidade Fiscal, Gestão e Social dos Municípios Brasileiros
IRFS - edição de 2008**

Apresentação da XIII Marcha em Defesa dos Municípios

17/05 - Segunda-feira

14 horas

Credenciamento

18/05 - Terça-feira

9 horas

Abertura

10 horas

Plenário: reivindicações do Movimento Municipalista e matérias em trâmite no Congresso Nacional que impactam nos Municípios

14 horas

Plenário: informes e debates sobre temas de interesse dos Municípios brasileiros

Programação Paralela:

oficinas temáticas: finanças, educação e saúde;

Fórum Vereadores

Fórum Vice-Prefeitos

18 horas

Entrega do Prêmio IRFS/CNM - Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão

Apresentação da XIII Marcha em Defesa dos Municípios

19/05 - Quarta-feira

9 horas

Participação dos pré-candidatos à Presidência da República

14 horas

Plenário: Pauta prioritária e agenda legislativa

17 horas

Reunião com as bancadas parlamentares (Congresso Nacional)

20 horas

[VI Prêmio Sebrae Prefeito Empreendedor](#) (Unique Palace - SCES, trecho 2, conj. 30)

20/05 - Quinta-feira

9 horas

Plenário: lançamento grupo de trabalho CNM para construção da proposta de redefinição do Pacto Federativo

10:30 horas

Encerramento: Encontro da Presidência da República com os Municípios

Os prefeitos brasileiros reunidos em Assembléia elencaram quatro grandes temas

- **Regulamentação da Emenda Constitucional n 29**
- **Redistribuição dos Royalties de Petróleo**
 - **Lei de Licitações**
- **Apoio Financeiro aos Municípios – AFM**

Financiamento da Saúde –

- PLP 306/2008 (PLS 121/2007) - Emenda Constitucional nº 29

Compensações Financeiras do Petróleo

- LC 16/2010 (PL 5.938/2009) - Royalties

Lei de Licitações

- PLC 32/2007 – altera Lei nº 8.666/1993

Apoio Financeiro aos Municípios

- AFM para fixar piso para o repasse do FPM

XIII 18, 19 e 20 de maio de 2010
MARCHA
A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS



SAÚDE

O PLP 306/2008 (PLS 121/2007), do senador Tião Viana corresponde à regulamentação da Emenda Constitucional 29, que garante recursos e equilíbrio financeiro destinado ao custeio das ações de Saúde.

Os parágrafos 2º e 3º do art. 198 da Constituição Federal prevêm que lei complementar será reavaliada pelo menos a cada cinco anos para estabelecer os seguintes critérios:

- 1) Os percentuais mínimos de aplicação de recursos em ações e serviços públicos de Saúde **para cada Ente,**
- 2) critério de rateio dos recursos da União e dos Estados, normas de fiscalização das despesas com Saúde nas três esferas de governo,
- 3) **Normas de cálculo do montante a ser aplicado pela União.**

Pelas regras atuais a União deixou de aplicar R\$ 11,7 bilhões, os estados já deixaram de aplicar R\$ 4,8 bilhões e os municípios aplicaram a mais do que deveriam R\$ 81,1 bilhões.

Estes 4,8 bilhões é considerando o que os estados que aplicam menos são compensados pelos estados que aplicam a mais.

Se somarmos somente os negativos o valor sobe para mais de R\$ 30,9 bilhões.

- Tabela resumo dos valores aplicados em Saúde no período

		(2000 - 2002)	(2003-2005)	(2006-2008)	Total
União	Gastou	118.098	123.637	150.133	391.868
	Deveria ter gasto	116.415	129.586	157.560	403.561
	diferença (-)	1.683	-5.948	-7.426	-11.692
Governo do Estado	Gastou	60.915	77.160	100.959	239.034
	Deveria ter gasto	57.320	81.673	104.915	243.907
	diferença (-)	3.595	-4.513	-3.955	-4.873
Municípios	Gastou	63.959	75.958	99.210	239.127
	Deveria ter gasto	35.377	52.635	70.012	158.025
	diferença (-)	28.582	23.323	29.197	81.102

Veja os valores que deixaram de ser investidos na Saúde dos brasileiros em razão da falta de empenho dos deputados federais.

Aumento caso aprovado PL Senado (R\$ milhões)

Ano	Valor
2008	18.774
2009	17.544
2010	21.424
Total	57.741

Conclusão da votação do PLP 306/2008 pela Câmara dos Deputados, com a definição dos percentuais mínimos de aplicação da Saúde para todos os Entes, incluindo a União.

Caso seja necessária a criação de um novo tributo que ele seja proporcionalmente compartilhado com todos os Entes da Federação. (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

ROYALTIES

Nova redistribuição

A proposta da CNM segue o espírito da emenda Ibsen (ou seja, a busca de maior justiça fiscal pela redistribuição das receitas de petróleo via FPE e FPM)

Preserva parte dos atuais *royalties*, sendo eles distribuídos de acordo com as regras atualmente em vigor para evitar perdas para municípios e estados envolvidos com a produção e distribuição

Propões que, ao invés de redistribuir toda a receita de royalties e participações especiais oriundas de plataformas continentais dos Estados e Municípios (50% do total) por meio do FPM e do FPE, como previsto na emenda Ibsen, que seja dividida apenas a receita de participação especial.

-

Distribuição das Rendas de Petróleo				
Ente Federado	Situação Atual		Proposta CNM	
	Royalties	Participação Especial	Royalties	Participação Especial
Estados	27	5	27	27
Municípios	5.563	29	5.563	5.563
Valores em 2009	5.684.127.835	4.226.404.904	5.684.127.835	4.226.404.904

Garante a distribuição mais justa sem impactar nos critérios que envolvam a produção e distribuição do petróleo nos Estados Municípios

XIII 18, 19 e 20 de maio de 2010
MARCHA
A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS



LICITAÇÕES

Atualização da Lei de Licitação com a incorporação de novos valores para as modalidades de compras e com maior flexibilização dos sistemas de licitação eletrônica.

Sugere mudanças para aumentar a eficácia nos procedimentos licitatórios por meio do PLC 32/2007 (PL 7.709/2007).

AFM

APOIO FINANCEIRO AOS MUNICÍPIOS

Criar um dispositivo permanente para atender aos Municípios em tempos de crise:
um novo AFM nos mesmos moldes do que existiu no ano de 2009, mas agora, em 2010, tomando como referência o ano de 2008, acrescido da inflação do período medida pelo IPCA

Para os anos subsequentes, este dispositivo seria utilizado sempre que o repasse do mês do ano fosse menor que o mesmo mês do ano anterior.

Entendemos que os gestores municipais teriam uma certa segurança de que suas receitas não sofreriam tanta flutuação devido a intervenções do governo federal ao adotar suas políticas macroeconômicas.

XIII 18, 19 e 20 de maio de 2010
MARCHA
A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

AFM – APOIO FINANCEIRO



Que o governo federal e o Congresso Nacional sejam sensíveis às demandas da população e que possam aceitar este novo dispositivo que permite aos gestores municipais uma grande possibilidade de planejamento de suas ações.

- **Índice de Responsabilidade Fiscal, Social e de Gestão – IRFS**
- O IRFS é um índice criado pela CNM para avaliar as boas administrações municipais sob três dimensões, Fiscal, Social e de Gestão e anualmente fornece a sociedade um panorama dos principais indicadores municipais.
- Neste ano estamos apresentando os resultados de 2008 e podemos comparar o desenvolvimento dos indicadores desde 2002, podendo assim ter uma boa noção do desempenho dos gestores públicos municipais ao longo de sete anos.
- Os indicadores de 2009 ainda não puderam ser calculados porque a STN ainda não disponibilizou os balanços do ano passado.

Evolução dos Indicadores

Brasil - Resultado Geral								
Indicadores		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Fiscal	Endividamento/RCL	8,04%	8,70%	8,12%	3,76%	5,75%	3,29%	0,81%
	Suficiência de Caixa/RCL	-0,65%	-1,74%	0,79%	4,31%	3,40%	4,83%	6,40%
	Gasto de Pessoal/RCL	43,98%	46,66%	44,19%	44,14%	45,78%	44,60%	45,66%
	Superavit Primário/RCL	1,60%	-0,63%	2,87%	4,33%	-0,45%	2,82%	3,43%
Gestão	Custeio da Máquina/RCL	22,93%	22,94%	22,64%	23,03%	24,14%	22,44%	22,43%
	Investimento/RCL	26,78%	9,90%	10,36%	8,78%	11,55%	10,31%	12,90%
	Custo do Legislativo/RCL	4,36%	4,66%	4,35%	4,23%	4,43%	3,90%	3,15%
	Custo per capita do Legislativo	R\$ 28,48	R\$ 31,36	R\$ 34,24	R\$ 37,20	R\$ 41,87	R\$ 51,56	R\$ 48,54
Social	Gasto Educação/RCL	30,74%	30,76%	29,62%	28,94%	30,17%	28,97%	27,66%
	Matriculas/população	17,45%	18,09%	15,06%	16,16%	17,66%	16,74%	15,70%
	Professores com Nível Universitário	15,20%	18,90%	23,00%	29,86%	56,36%	57,31%	59,23%
	Taxa de Abandono Escolar (Rede Municipal)	7,41%	7,13%	7,09%	7,16%	7,43%	4,30%	7,01%
	Gasto Próprio em Saúde/RCL (SUS)	18,50%	17,89%	17,02%	15,08%	19,14%	16,41%	15,97%
	Cobertura Vacinal	79,15%	75,56%	76,19%	73,94%	77,96%	80,69%	82,62%
	Mortalidade Infantil (taxa por mil)	20,41	19,64	18,25	18,44	17,34	17,42	15,80
	Média de Consultas Médicas por ano	2,04	1,97	1,95	1,95	1,64	2,00	2,59
Quantidade de Municípios		5.156	5.012	4.285	4.164	4.938	5.232	4.994

Comparativo dos índices de 2002 a 2008

Tabela 2 - Evolução dos índices entre 2002 e 2008 (escala de 0,000 a 1,000) de todos os municípios

Índice	Nº de Mun.	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Geral	5.562	0,510	0,475	0,485	0,486	0,501	0,497	0,507
Fiscal	5.562	0,501	0,478	0,504	0,515	0,497	0,513	0,514
Gestão	5.562	0,542	0,461	0,469	0,454	0,465	0,449	0,467
Social	5.562	0,488	0,486	0,482	0,490	0,541	0,529	0,540

Bons desempenhos em 2008

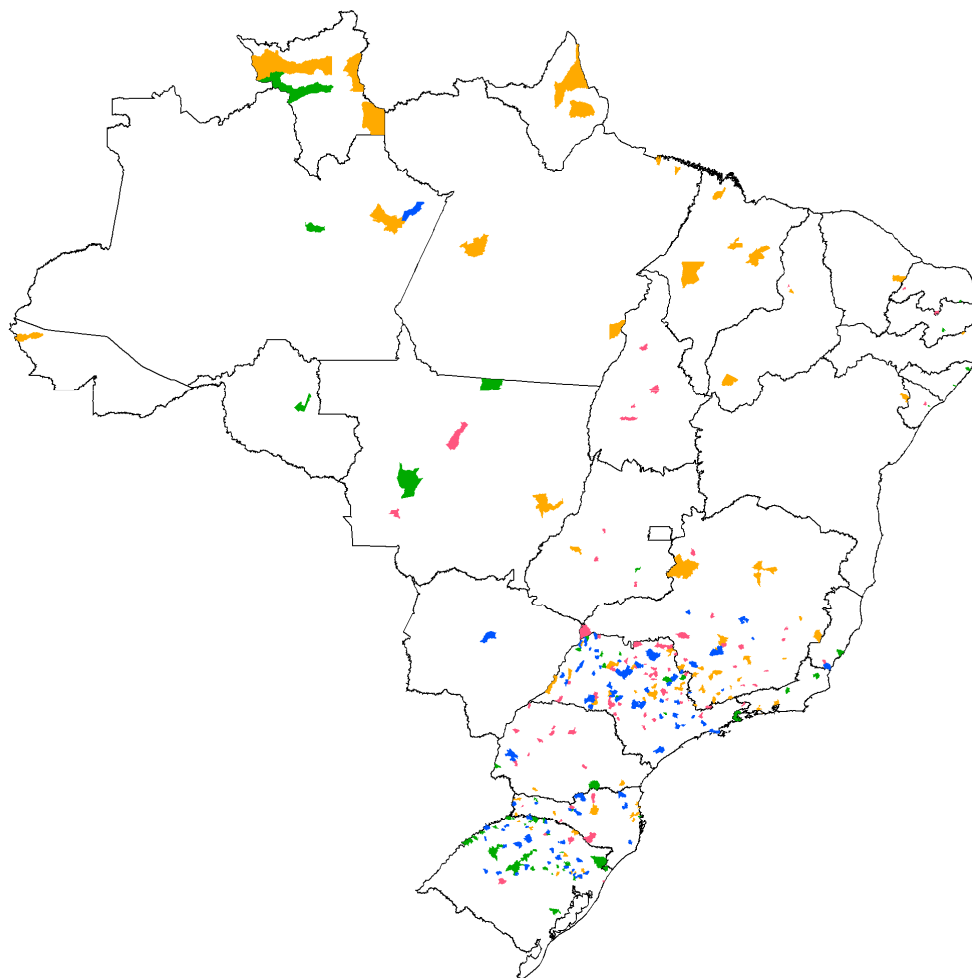
O ano de 2008 apresentou as melhores médias do índice desde 2003 nas três dimensões avaliadas, o que surpreende de certa forma por se tratar de um ano de eleições municipais. Os gestores mantiveram suas contas em dia, geraram superávits, deixaram dinheiro em caixa e não expandiram muito suas despesas de pessoal, além de aumentar a média de investimentos.

Os vencedores de 2008

- O município gaúcho de São José do Hortêncio apresentou o mais alto índice geral em 2008, pelo segundo ano consecutivo, com um escore de 0,658, seguido do município mineiro de Bom Jesus da Penha (0,653) e pelo município paulista de Bilac (0,648). O quarto colocado é outro municípios paulista, Júlio Mesquita (0,646), e o quinto é o gaúcho Coronel Barros (0,645).
- Dentre os 30 primeiros colocados, temos 14 paulistas, 9 gaúchos, 4 catarinenses, 1 mineiro, 1 sul mato-grossense e 1 município do Espírito Santo. Sendo representadas as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

XIII 18, 19 e 20 de maio de 2010
MARCHA
A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

Distribuição 100 primeiros Nacional:
Visão Geral



Os vencedores de 2008 no índice Fiscal

- No quesito fiscal, o município do Rio Grande do Norte Serra de São Bento, aparece em 2008 com o maior índice (0,785). O segundo colocado é o capixaba, Presidente Kennedy (0,776), o terceiro é o município gaúcho de Itatiba do Sul (0,762), o quarto é o gaúcho Erebango (0,747) e o quinto também é do Rio Grande do Sul, Ivorá que obteve o índice de (0,747).
- Dentre os 30 melhores classificados, 17 são gaúchos, 5 paulistas, 2 catarinenses e 1 dos estados do Alagoas, Amazonas, Espírito Santo, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte, estando representadas as regiões Sul, Sudeste, Norte e Nordeste.

Os vencedores de 2008 no índice Gestão

- No quesito gestão, Urucurituba (AM) lidera o *ranking*, com índice de 0,768. Em segundo está o município de Novo Horizonte/SP com 0,758, em terceiro Caroebe/RR, com 0,750 e em quarto o município de Nova Xavantina/MT com 0,728. Podemos notar que no índice de gestão há uma diversidade de municípios de estados diferentes, principalmente do norte do País como Roraima e Amazonas e no Centro Oeste como Mato Grosso.
- No índice de gestão a composição dos 30 melhores classificados é mais heterogênea, são 7 mineiros, 7 paulistas, 5 gaúchos, 3 roraimenses, 2 maranhenses e 1 município dos estados de Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Paraná e Rio de Janeiro.

Os vencedores de 2008 no índice Social

- No quesito social, a liderança é do município de Jeriquara/SP que obteve excelentes resultados nos indicadores sociais com o índice de 0,720 é bom ressaltar que este município havia obtido o 2º lugar na edição de 2007, em segundo lugar está o município de Cristais Paulista/SP com 0,716, em terceiro Campina de Monte Alegre/SP, com índice de 0,711, em quarto Santo Antonio da Posse/SP com 0,711 e em quinto lugar o município de Sandovalina/SP com 0,709, todos do Estado de São Paulo.
- No índice Social temos 19 paulistas, 6 mineiros, 2 goianos, e 1 município dos estados do Espírito Santo, Paraná e Piauí, sendo representadas as regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

Os melhores 100
 classificados por
 índice

Tabela 8 - Distribuição regional dos 100 melhores classificados no IRFS em 2007

Geral		Fiscal		Gestão		Social	
Estados	Qt Mun	Estados	Qt Mun	Estados	Qt Mun	Estados	Qt Mun
AC	0	AC	0	AC	1	AC	0
AL	0	AL	2	AL	0	AL	0
AM	1	AM	1	AM	2	AM	0
AP	0	AP	0	AP	2	AP	0
BA	0	BA	0	BA	1	BA	0
CE	0	CE	0	CE	1	CE	0
ES	1	ES	2	ES	0	ES	1
GO	0	GO	1	GO	1	GO	3
MA	0	MA	0	MA	4	MA	0
MG	9	MG	2	MG	24	MG	16
MS	1	MS	1	MS	0	MS	0
MT	0	MT	2	MT	1	MT	2
PA	0	PA	0	PA	4	PA	0
PB	0	PB	1	PB	0	PB	0
PE	0	PE	0	PE	1	PE	0
PI	0	PI	0	PI	2	PI	1
PR	1	PR	2	PR	3	PR	10
RJ	0	RJ	3	RJ	2	RJ	0
RN	0	RN	1	RN	0	RN	2
RO	0	RO	1	RO	0	RO	0
RR	0	RR	1	RR	3	RR	0
RS	28	RS	51	RS	14	RS	5
SC	10	SC	5	SC	11	SC	7
SE	0	SE	1	SE	0	SE	1
SP	49	SP	23	SP	23	SP	48
TO	0	TO	0	TO	0	TO	4
Brasil	100	Brasil	100	Brasil	100	Brasil	100

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - CNM

Tabela 11 - Relação das Capitais - Índice Geral 2002 e 2008

**Desempenho
 das
 Capitais**

Estados	Capitais	IRFS 2002	IRFS 2008	2008/2002	Ordem 2008
MS	Campo Grande/MS	0,475	0,558	0,083	1
PI	Teresina/PI	0,505	0,550	0,045	2
RR	Boa Vista/RR	0,514	0,538	0,024	3
RS	Porto Alegre/RS	0,503	0,534	0,031	4
ES	Vitória/ES	0,490	0,526	0,036	5
BA	Salvador/BA	0,467	0,511	0,044	6
SP	São Paulo/SP	0,480	0,508	0,028	7
MG	Belo Horizonte/MG	0,471	0,504	0,033	8
SC	Florianópolis/SC	0,480	0,502	0,022	9
RN	Natal/RN	0,475	0,501	0,027	10
RO	Porto Velho/RO	0,481	0,499	0,018	11
AC	Rio Branco/AC	0,467	0,497	0,030	12
MT	Cuiabá/MT	0,459	0,494	0,035	13
AL	Maceió/AL	0,466	0,494	0,028	14
GO	Goiânia/GO	0,491	0,492	0,001	15
TO	Palmas/TO	0,499	0,490	(0,009)	16
PB	João Pessoa/PB	0,476	0,486	0,010	17
RJ	Rio de Janeiro/RJ	0,477	0,484	0,006	18
PA	Belém/PA	0,450	0,483	0,033	19
MA	São Luís/MA	0,471	0,477	0,005	20
AM	Manaus/AM	0,471	0,475	0,005	21
CE	Fortaleza/CE	0,478	0,473	(0,006)	22
AP	Macapá/AP	0,484	0,459	(0,025)	23
PE	Recife/PE	0,506	0,456	(0,050)	24
SE	Aracajú/SE	0,439	0,445	0,006	25
PR	Curitiba/PR	0,470	0,442	(0,028)	26

As médias do Período

Na média de 2002-2008, os municípios gaúchos se destacam, com o primeiro do *ranking* sendo São José do Hortêncio (RS), seguido de Orindiuva (SP), Cerquilha (SP), Tupandi (RS) e Orlândia (SP).

Ou seja, mais do que se destacar em um ano em particular, esses municípios se caracterizam por uma boa regularidade em sua *performance* e por um bom desempenho em geral em todas as áreas avaliadas pelo IRFS, o que é justamente o objetivo de uma gestão equilibrada.

Podemos notar que os 30 melhores estão localizados somente nos estados do RS, SP, SC, MG e RJ.

- Conclusões gerais:
- O IRFS aponta que os municípios em 2008 obtiveram o segundo melhor desempenho no IRFS desde o início da série em 2002, nas três áreas avaliadas fiscal, gestão e social. É bom ressaltar que o ano de 2008 foi o último ano de mandato dos prefeitos e apesar disso houve um aumento na média dos índices fiscais, demonstrando a boa responsabilidade dos gestores com o dinheiro público, pois além de se manter nos limites da LRF ainda aumentaram seus investimentos públicos e deixaram uma suficiência de caixa em média de mais e 6% de suas receitas.
- No conjunto, os municípios têm melhorado a arrecadação própria ao longo dos anos, fator que contribui para a melhora da administração dos recursos municipais e a melhora da provisão de serviços. Contudo, mesmo com esse aperfeiçoamento, o desempenho relativamente pior do índice gestão em 2008, quando comparado a 2002, já aponta qual será o grande desafio dos municípios: ampliar a capacidade de investimento, até para superar o pico de 2002 e restabelecer o papel dos municípios no investimento em infra-estrutura. O esforço de vencer esse desafio será tanto maior quanto maiores as necessidades de contratação de pessoal para atender às crescentes responsabilidades nas áreas sociais, o que reduz o espaço fiscal, e quanto maiores às restrições de financiamento. Nesse sentido, os municípios devem aumentar a eficiência municipal, por isso a CNM desenvolveu o índice de Responsabilidade Fiscal e Social para contribuir com esse objetivo.

XIII 18, 19 e 20 de maio de 2010
MARCHA
A BRASÍLIA EM DEFESA DOS MUNICÍPIOS

IRFS – Edição 2008



Confederação Nacional de Municípios – CNM

Paulo Ziulkoski

Presidente

www.cnm.org.br